

A educação afro-brasileira e indígena nas escolas: perspectivas a partir da Lei nº 11.645/2008

Pablo Rogério Rosas Costa
Universidade Estadual Do Amazonas

Fábio Rogério Kruger Araújo da Silva
Universidade de Potiguar

Edilene Tavares de Sousa
Universidade Estadual Vale do Acaraú

Saulo Barreto Lima Fernandes
UEMA

Angelita Antonia Santos Oliveira
UFMG

Giancarlo Moser
Universidade do Sul de Santa Catarina

Sidinei Farias
Universidade do Vale do Taquari-UNIVATES

Francisco Roldineli Varela Marques
Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Ana Cristina Gonçalves Teixeira Saraiva
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Maria Waldivane do Espírito Santo Bento
Universidade do Estado do Pará- UEPA

Paulo Roberto de Almeida
Universidade Federal do Acre (UFAC)

José Maria Nogueira Neto
Faculdade Luciano Feijão/ Universidade Estadual Vale do Acaraú

Resumo: *A pesquisa sobre a implementação da Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, teve como objetivo avaliar como essa legislação tem*

sido aplicada e os desafios e oportunidades que surgem nesse processo. Utilizando uma metodologia de pesquisa bibliográfica, foram analisados livros, artigos e outros documentos relevantes para entender o impacto da lei na educação brasileira. Os resultados revelaram que, embora a lei represente um avanço significativo ao incluir essas culturas no currículo escolar, a implementação enfrenta obstáculos como a falta de formação adequada para os professores, a carência de materiais didáticos e a resistência institucional. No entanto, a pesquisa também destacou iniciativas bem-sucedidas que têm contribuído para uma educação mais inclusiva e crítica, como projetos interdisciplinares e colaborações com comunidades. A conclusão sublinha que, apesar dos desafios, a Lei nº 11.645/2008 possui um potencial transformador, promovendo uma educação que respeita e valoriza a diversidade cultural do Brasil. Para que isso se concretize, é essencial investir em formação docente, materiais didáticos e na participação ativa de toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação; Afro-brasileira; Indígena; Lei 11.645/2008; Docência.

Date of Submission: 24-08-2024

Date of Acceptance: 03-09-2024

I. Introdução

A educação afro-brasileira e indígena nas escolas, tal como delineada pela Lei nº 11.645/2008, representa um marco na luta pelo reconhecimento da diversidade cultural e histórica do Brasil. Essa lei, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), impôs a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena em todas as instituições de ensino do país, sejam elas públicas ou privadas. O principal objetivo dessa legislação é promover uma educação que respeite e valorize as raízes culturais e sociais que constituem a nação brasileira, contribuindo para a desconstrução de preconceitos e estereótipos ainda presentes na sociedade. Essa iniciativa se alinha com os esforços mais amplos de combate ao racismo e à discriminação, bem como com a promoção de uma sociedade mais igualitária e plural (Dantas, 2020).

No entanto, a implementação da Lei nº 11.645/2008 enfrenta uma série de desafios, que vão desde a resistência de alguns setores educacionais até a falta de materiais didáticos adequados e de formação específica para os professores. O sistema educacional brasileiro ainda é profundamente marcado por uma visão eurocêntrica, que frequentemente marginaliza ou silencia as contribuições e a importância das culturas afro-brasileiras e indígenas. Essa lacuna gera um ambiente onde muitos estudantes não têm a oportunidade de aprender sobre a diversidade cultural de forma significativa, o que reforça preconceitos e limita a compreensão integral da história e da sociedade brasileiras (Coelho; Soares, 2016).

Por outro lado, a lei também abriu espaço para novas perspectivas pedagógicas e curriculares, permitindo o desenvolvimento de práticas educativas mais inclusivas e críticas. Diversas iniciativas têm surgido, tanto por parte de movimentos sociais quanto de órgãos governamentais, para fortalecer a presença dos conteúdos afro-brasileiros e indígenas nas escolas. Essas iniciativas incluem a produção de materiais didáticos que abordam a história e a cultura desses povos de maneira contextualizada e respeitosa, bem como a promoção de eventos e projetos que destacam suas contribuições para a formação da identidade nacional (Neves, 2020).

Além disso, a Lei nº 11.645/2008 tem impulsionado debates acadêmicos e sociais sobre a importância de reconhecer e valorizar as histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas como parte fundamental da educação de qualidade. A inclusão desses conteúdos no currículo escolar representa uma oportunidade para questionar narrativas hegemônicas e promover uma educação que valorize a diversidade cultural. Ao incorporar essas perspectivas, o ambiente escolar se transforma em um espaço de resistência, diálogo e reconhecimento, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Reis, 2023).

Assim, o objetivo desta pesquisa foi fomentar uma reflexão sobre a educação afro-brasileira e indígena sob a perspectiva da Lei nº 11.645/2008. A justificativa para a realização desta pesquisa reside na importância de promover uma educação que valorize a diversidade cultural do Brasil, combatendo o racismo e a discriminação presentes no ambiente escolar e na sociedade em geral. Dada a histórica exclusão e marginalização das culturas afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, é fundamental analisar como a lei tem sido implementada e quais desafios e possibilidades surgem no contexto educacional.

II. Materiais e métodos

Para a construção deste estudo sobre a educação afro-brasileira e indígena nas escolas a partir da Lei nº 11.645/2008, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é uma metodologia que envolve a análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos relevantes. Essa escolha se justifica pela necessidade de compreender o estado da arte sobre o tema, reunindo e analisando o conhecimento existente para identificar as principais perspectivas, desafios e avanços no campo.

A pesquisa bibliográfica permite uma reflexão crítica e fundamentada sobre o assunto, proporcionando uma visão abrangente das discussões acadêmicas e sociais em torno da implementação da lei e suas implicações para a educação. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados e plataformas acadêmicas renomadas, como SciELO, Scopus e Google Acadêmico, além de repositórios brasileiros que reúnem trabalhos científicos e acadêmicos sobre o tema. Essas plataformas foram escolhidas por sua relevância e pela vasta gama de estudos que disponibilizam, permitindo acessar uma diversidade de fontes que abordam a educação afro-brasileira e indígena sob diferentes perspectivas. A busca por literatura nessas bases garantiu o acesso a materiais atualizados e de alta qualidade, essenciais para a compreensão dos contextos históricos, sociais e pedagógicos relacionados à implementação da Lei nº 11.645/2008.

Durante a pesquisa, foram realizadas leituras flutuantes, uma técnica que envolve a leitura inicial e exploratória dos textos para identificar temas centrais, padrões e lacunas no conhecimento existente. Essa abordagem permitiu uma primeira aproximação com o material disponível, facilitando a seleção das obras mais relevantes para análise detalhada. As leituras flutuantes também ajudaram a direcionar o foco do estudo, identificando os pontos de convergência e divergência entre os autores sobre a aplicação da lei nas escolas, além de destacar os principais desafios e boas práticas relatadas na literatura.

Após as leituras flutuantes, foram realizadas análises críticas dos textos selecionados, com o intuito de aprofundar a compreensão sobre como a educação afro-brasileira e indígena vem sendo abordada nas escolas brasileiras. Essa etapa da pesquisa envolveu a identificação de argumentos centrais, a comparação entre diferentes abordagens teóricas e a avaliação das propostas pedagógicas discutidas nos estudos. A análise crítica foi essencial para compreender as dinâmicas de implementação da Lei nº 11.645/2008, bem como para evidenciar as lacunas e os avanços alcançados na prática educacional.

III. Resultados e discussões

3.1 Lei nº 11.645/2008

A Lei nº 11.645/2008 é um marco importante na história da educação brasileira, pois estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de todo o país, tanto públicas quanto privadas. A lei surgiu como um avanço significativo em relação à Lei nº 10.639/2003, que inicialmente tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, mas que não incluía as culturas indígenas. Com a promulgação da Lei nº 11.645/2008, o escopo foi ampliado para abranger também as contribuições dos povos indígenas, corrigindo a ausência histórica dessas culturas nos currículos escolares (Marques; Calderoni, 2016).

A origem da Lei nº 11.645/2008 está ligada a movimentos sociais, intelectuais e lideranças indígenas e negras que, por décadas, lutaram pelo reconhecimento e valorização das culturas afro-brasileira e indígena na sociedade e no sistema educacional. O Brasil, apesar de ser um país com uma rica diversidade cultural e étnica, manteve, até a promulgação da lei, um sistema educacional marcado pelo eurocentrismo e pela invisibilidade das contribuições dos povos africanos e indígenas na formação da nação brasileira. Esse apagamento histórico motivou intensos debates e mobilizações sociais para que o currículo escolar passasse a refletir a verdadeira diversidade cultural do país (Neves, 2020).

A Lei nº 11.645/2008 foi sancionada em 10 de março de 2008 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representando uma vitória para os movimentos negro e indígena e um passo importante para o combate ao racismo e à discriminação. A legislação veio para corrigir a sub-representação e o tratamento inadequado das culturas afro-brasileira e indígena nas escolas, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e respeitoso. A lei visa não apenas ensinar sobre essas culturas, mas também criar um espaço para o diálogo, a valorização e a reflexão crítica sobre as relações étnico-raciais no Brasil (Dantas, 2020).

O texto da lei determina que o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena deve perpassar diversas disciplinas, com ênfase nas áreas de história, artes, literatura e educação física, abordando os conteúdos de forma transversal. A ideia é que esses conhecimentos não sejam tratados como um assunto isolado ou apenas pontual, mas que estejam integrados ao cotidiano escolar e que promovam o reconhecimento e a valorização dessas culturas como parte fundamental da identidade brasileira. Além disso, a lei incentiva a elaboração de materiais didáticos que contemplem as contribuições dos povos africanos e indígenas, bem como a formação continuada de professores para que possam trabalhar esses conteúdos de forma adequada e contextualizada (Coelho; Soares, 2016).

Desde a sua implementação, a Lei nº 11.645/2008 tem enfrentado desafios significativos, como a resistência de algumas instituições, a falta de formação específica para educadores e a escassez de materiais didáticos adequados. No entanto, a lei também abriu caminho para novas possibilidades pedagógicas e curriculares, estimulando uma educação mais crítica, plural e comprometida com a diversidade. Ao reconhecer a importância das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar, a Lei nº 11.645/2008 não apenas transforma o espaço educativo, mas também promove a construção de uma sociedade mais justa, consciente e plural (Nascimento; Hortência; Peixoto, 2023).

3.2 Educação afro-brasileira e indígena nas escolas

A educação afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras é um componente essencial para a promoção de um ensino que reconheça e valorize a diversidade cultural do país. A partir da implementação da Lei nº 11.645/2008, o sistema educacional brasileiro passou a ter a obrigação legal de incluir nos currículos a história e as contribuições das culturas afro-brasileira e indígena, rompendo com um modelo tradicional que sempre privilegiou a visão eurocêntrica da história e da formação da sociedade brasileira. Essa mudança visa não apenas resgatar e preservar as culturas marginalizadas, mas também combater o racismo estrutural e promover a igualdade étnico-racial dentro e fora das salas de aula (Reis, 2023).

No contexto escolar, a educação afro-brasileira e indígena se materializa em diferentes formas: desde a abordagem de temas históricos e culturais, passando pela valorização das tradições, até a inclusão de narrativas que reflitam a pluralidade étnica do país. Isso inclui o ensino sobre a luta dos povos africanos escravizados, a resistência indígena ao processo de colonização, as tradições, festas, culinária, religiosidade e outras manifestações culturais que fazem parte do patrimônio cultural brasileiro. A proposta é que esses conteúdos sejam ensinados de forma transversal e interdisciplinar, permeando disciplinas como história, geografia, artes, literatura e ciências sociais, promovendo uma educação mais holística e inclusiva (Rocha; Silva; Dutka, 2023).

Entretanto, a implementação da educação afro-brasileira e indígena nas escolas ainda enfrenta diversos desafios. Um dos principais problemas é a carência de formação adequada para os professores, que muitas vezes não se sentem preparados ou capacitados para trabalhar com esses conteúdos de forma contextualizada e respeitosa. Além disso, a falta de materiais didáticos que abordem as culturas afro-brasileira e indígena com a devida profundidade e respeito é outro obstáculo que impede o avanço dessa modalidade educacional. Muitas vezes, os poucos materiais disponíveis ainda reforçam estereótipos e tratam as culturas de maneira superficial, desconsiderando a complexidade e a riqueza dessas histórias (Ginane, 2023).

Por outro lado, a educação afro-brasileira e indígena oferece inúmeras possibilidades pedagógicas que podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. A inclusão de conhecimentos ancestrais, como a filosofia africana, os saberes tradicionais indígenas e a valorização da oralidade, contribui para uma educação que é, ao mesmo tempo, crítica e emancipatória. Ao aprender sobre essas culturas, os alunos não apenas ampliam seu repertório cultural, mas também desenvolvem empatia, respeito e um senso de justiça social. Além disso, essa abordagem promove um espaço de diálogo entre diferentes saberes, descolonizando o currículo escolar e permitindo que os estudantes se reconheçam e valorizem suas próprias raízes (Silva; Rabelo; Dorigon, 2024).

Iniciativas exitosas em algumas escolas mostram que, quando bem implementada, a educação afro-brasileira e indígena pode transformar a experiência educacional, tornando-a mais inclusiva e conectada com a realidade dos estudantes. Projetos pedagógicos que incluem a participação de líderes comunitários, visitas a quilombos, aldeias indígenas, museus e centros culturais, bem como a realização de oficinas sobre danças, culinária e artes tradicionais, são exemplos de práticas que podem aproximar os alunos desses universos culturais. Essas experiências práticas contribuem para que os alunos se sintam parte ativa na preservação e valorização dessas culturas, fortalecendo sua identidade e a construção de uma sociedade mais plural e democrática (Tavares; Bahia, 2024).

A inclusão da educação afro-brasileira e indígena nas escolas é um passo fundamental para a construção de um ensino mais justo, diverso e inclusivo. Ao reconhecer a importância dessas culturas e promover seu estudo nas salas de aula, a escola desempenha um papel crucial na formação de cidadãos mais conscientes, críticos e comprometidos com a igualdade racial e o respeito à diversidade. A implementação efetiva dessa educação exige investimentos em formação docente, produção de materiais didáticos de qualidade e o engajamento de toda a comunidade escolar, para que, juntos, possamos construir um futuro onde todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas (Neves, 2020).

3.3 Desafios e Possibilidades na Implementação da Lei

A implementação da Lei nº 11.645/2008 enfrenta diversos desafios que impactam diretamente a inserção efetiva da educação afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Entre os principais obstáculos, destacam-se a falta de formação específica para professores, a escassez de materiais didáticos adequados e a resistência de algumas instituições em adotar práticas pedagógicas que incluam as histórias e culturas desses povos. Muitos educadores ainda se sentem despreparados para abordar esses conteúdos em sala de aula, o que compromete a qualidade da transmissão das informações e a promoção de uma educação que realmente valorize a diversidade cultural brasileira (Tavares; Bahia, 2024).

Outro desafio significativo é a predominância de uma visão eurocêntrica na educação, que ainda marginaliza as contribuições afro-brasileiras e indígenas. Essa perspectiva reflete-se nos livros didáticos, nos currículos e nas práticas pedagógicas que frequentemente apresentam uma narrativa histórica distorcida e limitada. Essa marginalização não apenas inviabiliza as culturas afro-brasileiras e indígenas, mas também

perpetua preconceitos e estereótipos, dificultando a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária (Ginane, 2023).

Apesar desses desafios, a implementação da Lei nº 11.645/2008 também abre inúmeras possibilidades para a transformação do ambiente escolar. A inclusão de conteúdos afro-brasileiros e indígenas no currículo pode contribuir para a formação de uma consciência crítica nos estudantes, incentivando o respeito pela diversidade e o combate ao racismo. Projetos interdisciplinares, atividades culturais, rodas de conversa e visitas a espaços de memória são algumas das estratégias pedagógicas que têm se mostrado eficazes para aproximar os estudantes dessas culturas, tornando o aprendizado mais dinâmico e significativo (Dantas, 2020).

Além disso, iniciativas como a produção de materiais didáticos contextualizados, a formação continuada de professores e a valorização das vozes e conhecimentos dos próprios povos indígenas e afro-brasileiros podem contribuir para superar os obstáculos na implementação da lei. A cooperação entre escolas, universidades, movimentos sociais e comunidades é essencial para criar uma rede de apoio que fortaleça a inserção desses conteúdos na educação básica, promovendo uma verdadeira transformação no ensino (Coelho; Soares, 2016).

Em suma, a Lei nº 11.645/2008 não é apenas um dispositivo legal, mas uma ferramenta de ressignificação do espaço escolar e da sociedade. Apesar dos desafios, suas possibilidades são vastas e potencializam uma educação mais inclusiva, que reconheça e valorize as histórias, culturas e contribuições afro-brasileiras e indígenas. Com o fortalecimento de políticas públicas, a formação de educadores e a participação ativa das comunidades, é possível avançar na construção de uma escola que celebre a pluralidade cultural do Brasil e forme cidadãos mais conscientes e respeitosos com suas próprias raízes (Neves, 2020).

IV. Conclusão

A análise da educação afro-brasileira e indígena nas escolas, à luz da Lei nº 11.645/2008, revela uma jornada repleta de avanços e desafios. A promulgação desta lei representou um passo crucial para a inclusão e valorização das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar, transformando o sistema educacional ao impor a obrigatoriedade do ensino dessas histórias e tradições. Esta mudança não apenas visou a correção de um histórico apagamento cultural, mas também estabeleceu um compromisso com a diversidade e o respeito às identidades étnicas e culturais que constituem a nação brasileira.

O objetivo desta pesquisa foi investigar como a Lei nº 11.645/2008 tem sido implementada nas escolas e quais são os desafios e possibilidades associados a essa implementação. Ao realizar uma pesquisa bibliográfica, foi possível mapear o estado atual da educação afro-brasileira e indígena, identificando tanto as boas práticas quanto as áreas que necessitam de aprimoramento. A análise crítica dos materiais existentes evidenciou que, embora a lei tenha aberto caminhos significativos para uma educação mais inclusiva, muitos obstáculos ainda persistem, como a falta de formação específica para os professores e a carência de materiais didáticos adequados.

Os desafios incluem a resistência institucional, a predominância de uma visão eurocêntrica no currículo e a dificuldade em garantir que a lei seja aplicada de forma eficaz e consistente. No entanto, a pesquisa também destacou diversas iniciativas e práticas pedagógicas que têm contribuído para superar esses desafios. Projetos interdisciplinares, eventos culturais e a colaboração com comunidades afro-brasileiras e indígenas têm mostrado ser estratégias eficazes para enriquecer o ambiente escolar e proporcionar um aprendizado mais significativo e engajante para os alunos.

A pesquisa também sublinhou a importância de um compromisso contínuo com a formação docente e a produção de materiais didáticos que realmente reflitam a riqueza e a complexidade das culturas afro-brasileira e indígena. A implementação efetiva da Lei nº 11.645/2008 requer um esforço coletivo de todas as partes envolvidas – gestores, educadores, alunos e comunidades – para garantir que a educação inclusiva não seja apenas uma exigência legal, mas uma realidade vivida no dia a dia escolar.

Em suma, a Lei nº 11.645/2008 tem o potencial de transformar profundamente a educação brasileira, promovendo uma compreensão mais abrangente e respeitosa da diversidade cultural. Embora os desafios sejam consideráveis, as possibilidades abertas por esta legislação oferecem uma oportunidade valiosa para construir um sistema educacional que celebre e valorize todas as contribuições culturais que formam o Brasil. A realização deste estudo reforça a necessidade de continuar investindo na implementação da lei, garantindo que o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena se torne uma parte integral e vibrante da educação brasileira, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências

- [1]. COELHO, W. de N. B.; SOARES, N. J. B. A Implementação das Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e o Impacto na Formação de Professores. *Educação em Foco*, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 573–606, 2016.
- [2]. DANTAS, M. C. T. A agenda das políticas educacionais no Brasil: a Lei nº 11.645/08. *Revista Mosaico*, v. 12, n. 18, 2020.

- [3]. GINANE, M. A EVOLUÇÃO DAS LEIS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E A APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639, NA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ESCOLAS PÚBLICAS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 6, p. 593–608, 2023
- [4]. MARQUES, E. P. S; CALDERONI, V. A. M. O. Os deslocamentos epistêmicos trazidos pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008: possibilidades de subversão à colonialidade do currículo escolar. **OPSIS**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 299–315, 2016.
- [5]. NASCIMENTO, L.; HORTÊNCIA, C. G, M.; PEIXOTO, J. A. L. Lei nº 11.645/2008: : Reflexões ainda necessárias sobre o ensino da temática indígena. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas - Campiô**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 86–93, 2023.
- [6]. NEVES, J. G. A LEI 11.645/2008 OU LEI ARACY LOPES DA SILVA: UM OLHAR DECOLONIAL PARA OS POVOS INDÍGENAS, A EDUCAÇÃO CRÍTICA E A FORMAÇÃO DOCENTE. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 262, 2020.
- [7]. REIS, V. LITERATURA DE AUTORIA INDÍGENA: ENCANTAMENTO E CUMPRIMENTO DA LEI 11.645/2008. **Revista Moinhos**, 2023.
- [8]. ROCHA, V. R.; SILVA, N. B.; DUTKA, F. S. Lei 11.645/2008: o que dizem os Projetos Políticos Pedagógicos de instituições de ensino do município de Ouro Preto do Oeste- Rondônia?. **Das Amazônias**, [S. l.], v. 6, n. 01, p. 122–137, 2023.
- [9]. SILVA, I. M.; RABELO, J.; DORIGON, J. C. OS JOGOS INDÍGENAS E A LEI 11.645/2008: POSSIBILIDADES PARA UM CURRÍCULO INTERCULTURAL: POSSIBILIDADES PARA UM CURRÍCULO INTERCULTURAL. **Textos e Debates**, [S. l.], v. 30, n. 01, p. e7919, 2024.
- [10]. SILVA, G. J. O octogenário “Dia Do Índio”: histórias e culturas indígenas em escolas brasileiras antes e depois da Lei N.º 11.645/2008. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 82–101, 2022.
- [11]. TAVARES, L. C; BAHIA, J. Estudos e pesquisas sobre a cultura afro-brasileira a partir da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 na Escola Estadual de Ensino Médio São José em Óbidos/PA. **Textos e Debates**, [S. l.], v. 30, n. 01, p. e7923, 2024.